

Valentes, diabólicos, invencíveis e aliados: Goitacá, Temiminó, portugueses, franceses e jesuítas na Capitania do Espírito Santo

Leonardo Nascimento Bourguignon¹

Se tu souberas quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a el-rei, não estranharas dar-lhe agora este pequeno descanso, mas já que me achas pouco cortesão eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos, e não tornarei mais à tua corte (Salvador, 1982: 187).

Admoestado pelo fato de sentar-se sobre as pernas cruzadas, ato considerado uma descortesia diante de um representante do rei, o cacique Araribóia consciente da importância de seu apoio ao projeto colonizador português não se intimidou perante o governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, e retirou-se. Ocorrido em 1575 e relatado pelo Frei Vicente de Salvador, o ato de Araribóia exemplifica o papel desempenhado pelos povos indígenas em suas relações com os europeus na América Portuguesa que vem sendo resgatado em alguns trabalhos recentes. Esse modelo interpretativo que deseja “incorporar os interesses, as lógicas e os valores de atores sociais subalternos” (Oliveira, 2014: 169) na colonização da América não figurava nos estudos sobre a história indígena publicados até o início da década de 1980. Do inverso, apesar de existirem obras anteriores como *Caminhos e Fronteiras* (1994); onde Sérgio Buarque de Holanda citando aspectos como hábitos alimentares, técnicas de navegação e

¹ Departamento de História. Universidade Federal do Espírito Santo.

farmacopéia, concluiu que o processo de aculturação ocorrido na América Portuguesa foi recíproco; a maioria dos estudos restringia a representação daqueles povos enquanto vítimas da colonização e à beira da extinção (Cf. Almeida, 2003; Monteiro, 2001). Outras pesquisas ainda enfatizavam a resistência nativa à colonização, representação que, apesar de bem intencionada, continuava destinando para aqueles sujeitos o mesmo destino que as análises anteriores, a saber, “um silencioso ou heroico desaparecimento” (Pompa, 2003: 22). Era imprescindível então, “implodir esta narrativa, anular os seus efeitos de verdade e instituir outra chave de leitura da história do país” (Oliveira, 2009: 12).

O deslocamento nas interpretações começou a consolidar-se na década de 1970 quando uma intensa renovação teórico-metodológica na produção historiográfica abriu espaço para novas abordagens, paradigmas, interpretações, objetos de estudo e fontes, possibilitando a emergência de uma Nova História Cultural, modalidade historiográfica que possuía, entre suas características, o diálogo com outros campos do saber, como a antropologia (Cf: Barros, 2011). Apesar de não ser inédita,² a intensificação desse diálogo provocou um crescente interesse por parte dos historiadores na investigação da história indígena, considerada anteriormente campo exclusivo dos antropólogos, dada a quase inexistência de fontes escritas produzidas por aqueles povos. Esta aproximação provocou ainda uma mudança no foco dos estudos sobre o período colonial que antes haviam privilegiado apenas o elemento europeu e possibilitou a constituição do que John Monteiro (1995) denominou de Nova História Indígena.

Para driblar a escassez de fontes escritas autores como Pedro Puntoni (2000) e John Monteiro (2001), acreditavam que a história indígena também poderia ser

² O antropólogo norte-americano Clark Wissler em seus estudos acerca dos povos nativos de seu país no ano de 1909 reuniu dados antropológicos e documentos históricos denominando esse método de etnohistória.

produzida a partir da análise de documentos oficiais, missivas de religiosos e relatos de viajantes que tratassem, mesmo que de forma indireta, aspectos sobre as sociedades ameríndias, sem com isso menosprezar os relatos orais e os documentos escritos, como petições e representações produzidas pelos indígenas. Valendo-se desse expediente, a maioria dos estudos publicados nas últimas décadas ao relerem os documentos e fontes oficiais com “novos olhares”, apresentou os povos indígenas como agentes ativos na história e na constituição da sociedade brasileira.³

No que tange a questão específica dos povos indígenas que habitavam ou habitam o território do atual estado do Espírito Santo, o cenário assemelha-se ao até aqui retratado. Destarte, localizamos estudos em diferentes áreas como antropologia, geografia, pedagogia e arqueologia⁴ e apenas uma dissertação no campo historiográfico intitulada *O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupinikim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A.(1967-1983)*, defendida em 2006 por Klítia Loureiro, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a tese de doutorado de Kalna Mareto Teao, *Território e identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967-2006)* apresentada no ano de 2015. Esses estudos, bem como os demais

3 É o caso dos estudos *Amazônia: Etnologia e História Indígena* (1993), de Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha e *História dos índios no Brasil* (1992); *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo, no séc. XVI* (1994), de John Manoel Monteiro; *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa* (2007), tese de Elisa Frühauf Garcia; *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro* (2003), de Maria Regina Celestino de Almeida e *Religião como Tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial* (2001), tese de Maria Cristina Pompa; apenas para citar alguns.

4 *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres Mbya Guarani* (2001) tese de Celeste Ciccarone; *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo* (2002), dissertação de Simone Raquel Baptista Ferreira; *O resgate da cultura Tupinikim* (2002), Monografia de Nilma do Carmo Jesus; *Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense*. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas; *Considerações sobre a tradição Aratu, nos Estados da Bahia e Espírito Santo* (1971) ambos de Celso Perota; entre outros.

elencados nesse parágrafo, abordam as relações entre as tribos Tupiniquim e Guarani⁵ que vivem em aldeias localizadas no município de Aracruz e a implantação da indústria de celulose no mesmo município no último quartel do século XX.

No que se refere ao período anterior ao século XX, apesar das diferentes etnias que habitavam a capitania, depois província do Espírito Santo, a maioria quase absoluta dos trabalhos reportam-se aos Botocudos. Inicialmente denominados pelos portugueses como Aimorés, a partir do século XVIII uma característica singular, o uso dos botoques no lábio inferior e nas orelhas determinou a prevalência do termo Botocudos, que passou a designar todos os povos da grande família Macro-Jê que habitavam o Vale do Rio Doce. No início do século XIX o fracasso do projeto colonizador nessa região levou diferentes governos a adotarem medidas visando integrar os botocudos à sociedade colonial, e posteriormente à brasileira, ou, caso resistissem, eliminá-los, e é justamente esse contexto, marcado pelos embates entre as tentativas de colonizar o Vale do Rio Doce e a resistência dos Botocudos, o que atraiu o interesse dos pesquisadores como Francieli Aparecida Marinato autora da dissertação *Índios Imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*, publicada em 2007 e *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)* de Tarcísio Glauco da Silva, publicada no ano anterior.

O enfoque nos estudos sobre os Botocudos; predominante também nas pesquisas de Vânia Maria Losada Moreira, autora com a maior quantidade de estudos publicados sobre os povos indígenas do Espírito Santo; obliterou o olhar sobre as etnias que habitavam as demais regiões da capitania. No sul a concentração populacional indígena que no século XVI despertou a atenção dos sacerdotes da Companhia de Jesus,

⁵ Optamos por utilizar letra maiúscula para os nomes tribais em obediência à convenção da ABA de 1953 e ainda a observação moderna de Eduardo Viveiros de Castro “para quem esse tipo de grafia é um modo, simbólico, de reconhecer um coletivo linguístico, étnico e territorial: não um somatório de indivíduos, mas uma coletividade única”. (Pompa, 2003, p. 30).

instalando fazendas e aldeamentos como o de Reritiba, onde o padre José de Anchieta viveu seus últimos anos de vida, e continuou atraindo o interesse dos viajantes, autores e autoridades no início do século XIX não se refletiu na produção acadêmica. Sendo assim, somente no final do século XX surgiram as primeiras pesquisas publicadas abordando a história dos povos indígenas que habitavam Reritiba e/ou seu entorno.⁶ Entre esses estudos Vânia Moreira, rompendo com a concepção até então predominante na historiografia local de aculturação dos indígenas substituindo-a pelas ideias de transculturação, hibridização e mestiçagem, assim descreveu as vilas de índios de Benevente e de Nova Almeida⁷ no início do século XIX

apesar das mestiçagens (biológicas e culturais), não há porque deixar de ler e interpretar tais vilas e instituições híbridas também como lugares profundamente indígenas, em um processo contínuo de apropriação, de ressignificação e de transformação, pois, construídos, vividos, negociados e transmitidos a partir do encontro intercultural entre afro-luso-brasileiros e índios (Moreira, 2011, p. 10).

Foi objetivando contribuir para o preenchimento desta lacuna e à luz do que há de mais recente nas produções historiográficas sobre o tema, que propomos neste artigo

⁶ Entre os estudos localizamos *Um tupinambá feiticeiro do Espírito Santo nas garras da Inquisição: 1737-1744*, artigo onde Luiz Mott (2006) aborda o processo do índio Miguel Pestana, morador de Reritiba e acusado de feitiçaria; o artigo de Sônia Misságia Mattos, *A Aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo* (2009); e referências aos índios aldeados em Reritiba (Iiritiba), nunca de forma exclusiva, em publicações de Vânia Losada Moreira, entre 2001 e 2012, além de diversos relatórios e levantamentos arqueológicos em decorrência da instalação de projetos na região como a Unidade de Tratamento de Gás do Sul do Espírito Santo, Anchieta/ES (UTG-Sul) e a segunda Linha do Mineroduto da Samarco.

⁷ A partir da expulsão dos Jesuítas as antigas aldeias de Reritiba e Reis Magos foram elevadas em 1758 à categoria de vilas, sendo respectivamente rebatizadas com os nomes de Benevente e Nova Almeida.

discutirmos a história dos povos indígenas que habitavam o litoral sul do Espírito Santo no século XVI e suas relações com os europeus que tentavam instalar-se na região.

Que povos eram aqueles?

Que povos eram aqueles que os portugueses acharam na terra de Santa Cruz, quando estes aproveitaram e estenderam a descoberta do Cabral? Donde vieram eles? Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas de povos*? (Maritus, 2010: s\p)

Apesar dos quase duzentos anos que separam o artigo *Como se deve escrever a História do Brasil* de Carl Friedrich Philipp von Martius de nossos tempos, as duas primeiras perguntas no excerto acima ainda não foram plenamente respondidas. Entre as inúmeras incertezas e hipóteses quanto a data da migração e as fontes populacionais que habitaram o continente americano, para autores como Hetzel, Negreiros e Magalhães (2007) e Warren Dean (1996) o litoral do Sudeste foi uma das últimas regiões do planeta a serem alcançadas pela expansão humana. Segundo Dean, com o declínio dos grandes animais de caça no Cerrado brasileiro, os grupos humanos que viviam naquele bioma migraram para as regiões litorâneas encontrando uma variedade de ambientes abundantes em proteínas e nutrientes como estuários, restingas e manguezais, passando a sobreviver, sobretudo da pesca e coleta. A ampla disponibilidade alimentar incluía mais de uma centena de espécies de frutos, 32 espécies de peixe, camarões, peixe-boi, caranguejos, além de berbigões, mariscos, ostras e outros moluscos. O descarte destes alimentos, sobretudo as conchas dos moluscos principal

item da alimentação daqueles povos, formaram os sambaquis, no termo tupi “amontoado de conchas”, encontrados em praticamente todo o litoral brasileiro.

Essa rica biodiversidade, presente no litoral sul capixaba, atraiu conseqüentemente diversos grupos humanos, como as sociedades de horticultores ceramistas da Tradição Una. Oriundas provavelmente do atual noroeste de Minas Gerais, aqueles grupos, após expandirem-se para o sul daquele Estado, norte de São Paulo, e posteriormente Rio de Janeiro, ocuparam o litoral do Espírito Santo deslocando ou assimilando os pescadores-coletores que ali viviam (Scatamachia, 2007). Posteriormente, esses povos assistiram a chegada de outras sociedades indígenas, estas da Tradição Aratu, provavelmente vindas da Bahia.

As citações de José de Anchieta como no auto *Na Aldeia de Guaraparim*, onde os personagens diabos denominavam como Temiminó os povos Tupi que habitavam o sul capixaba (Anchieta, 2006), e escavações arqueológicas recentes que localizaram sítios Tupi muito próximos ao litoral dos municípios de Anchieta, Piúma e Presidente Keneddy (cf: Souza, 2010; Ribeiro & Jácome, 2014) apontam para um quadro complexo, onde provavelmente tribos Temiminó e Tupiniquim, apesar do predomínio Goitacá, conviviam muito próximas umas das outras em constantes conflitos ou acomodações.

O uso do *provavelmente* na afirmativa anterior faz-se por conta da imprecisão na determinação das etnias indígenas que habitavam o território português na América. Sobre esta questão, John Monteiro (2011) assevera que as etnizações que encontramos nos documentos oficiais constituíram tentativas de atender a diferentes e específicas demandas, tanto de colonizadores quanto dos próprios indígenas. Além dessa questão houve ainda situações onde os colonizadores europeus denominavam o mesmo povo com dois ou mais nomes, quando não utilizavam diferentes grafias para o mesmo nome (Freire & Malheiros, 2010).

A esta variabilidade e flexibilidade na determinação de identidades específicas, Debret (Apud Scaramella, 2011) e Gabriel Soares de Sousa (Souza, 1851) acrescentaram o fato de que em alguns casos essas denominações eram obtidas a partir de outros povos, muitas vezes adversários. É o caso do termo Puri que, conforme Debret (Apud Scaramella, 2011) foi criado por seus inimigos Coroados, e significa “audaz ou bandido”. Em retaliação os Puri também se referiam aos Coroados como Puri.

Adicionemos a esses fatores a intensa mobilidade das etnias que habitavam a Capitania do Espírito Santo. Aquelas, apesar de algumas dominarem a agricultura, em sua maioria eram seminômades em constantes disputas por paisagens ricas em recursos alimentícios, como as litorâneas. Eram comuns também as migrações, aparentemente pacíficas, promovidas em períodos sazonais como as realizadas pelos Puri, que habitavam o interior dos atuais Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo e o leste de Minas Gerais, e que se deslocavam anualmente para as regiões de estuários aproveitando o ciclo de reprodução da tainha (Scaramella, 2011).

Os Goitacá

Apesar da complexidade em etnicizar os povos que habitavam a América Portuguesa, os relatos de cronistas como Gabriel Soares de Sousa (1851) e Fernão de Cardim⁸ (1925) indicam um domínio Goitacá no início do século XVI em uma faixa no litoral que ia do rio Cricaré (hoje São Mateus) no norte do Espírito Santo até o cabo de São Tomé no norte

8 O livro reúne três escritos do padre Fernão Cardim (1540-1625): “Do clima e terra do Brasil”; “Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias” e “Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica”. A obra aqui consultada foi publicada em 1925 com notas e comentários dos historiadores Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Batista Caetano.

do Rio de Janeiro.⁹ Opinião corroborada pela hipótese de Hetzel, Negreiros e Magalhães (2007) que, ao apontarem uma expansão dos povos do tronco linguístico tupi, provenientes do sul da Amazônia, por volta do ano 1000, sobre o litoral brasileiro, afirmam que estes não conseguiram desalojar os Goitacá. Resistência semelhante enfrentou os portugueses que tentavam se estabelecer naquele trecho do litoral que, no século XVI, compreendia as capitanias do Espírito Santo e de São Tomé.

Na vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), primeiro núcleo colonial em terras capixabas, os constantes ataques desde o desembarque do donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535, obrigaram os colonos portugueses a procurarem um local mais seguro, o que acabou redundando na fundação da Vila Nova do Espírito Santo, depois rebatizada Vitória. Alguns anos antes, no final da década de 1540, quando Coutinho viajara a Portugal em busca de recursos, os Goitacazes, conforme Gabriel Soares de Sousa (Op. Cit), aliados aos Tupiniquins, mataram D. Jorge de Menezes que administrava a capitania em substituição ao capitão donatário e em seguida seu sucessor, D. Simão de Castelo Branco. Para Varnhagen (1857) os atos foram uma retaliação contra a captura e posterior comercialização de indivíduos destas tribos realizada por tribos inimigas e incentivada por aqueles administradores.

Sorte idêntica teve a vila da Rainha fundada à margem direita do rio Itabapoana na Capitania de São Tomé e que pertencera a Pero de Góis da Silveira. Após um período de trégua entre o donatário e os Goitacá, alguns colonos estabelecidos no Espírito Santo seqüestraram um chefe indígena na região entregando-o a seus inimigos, fato que motivou a destruição da vila e a expulsão de todos os colonos (Varnhagen, 1857). As

⁹ O fato de escavações recentes terem registrado a presença de sítios arqueológicos Goitacás em Búzios, São Pedro da Aldeia e Saquarema, portanto bem ao norte do cabo de São Tomé (Jansen, 2004, p.34) confirmam, por um lado a inexatidão dos estudos sobre História dos povos indígenas no Brasil, e do outro, a porosidade das fronteiras entre os territórios ocupados pelas diferentes etnias que aqui viviam.

constantes ofensivas dos Goitacá levaram o donatário a desistir de sua ocupação regressando a Portugal no ano de 1570.

Esse caráter beligerante e outras características como altura superior a outras tribos, o canibalismo; inclusive de crianças inimigas; e a destreza em correr e nadar encontradas nos textos dos cronistas dos séculos XVI e XVII e confirmadas em pesquisas arqueológicas (Jansen, 2004: 34), possibilitaram a construção de uma representação dos Goitacá enquanto os grandes obstáculos ao progresso e a civilização, incorporados pelo projeto colonizador, no sul da capitania do Espírito Santo e na capitania de São Tomé, adequando-os no modelo dicotômico tupi/tapuia. Este fora criado, posto em circulação e apropriado pelos cronistas do século XVI como parte de uma tentativa daqueles autores em tentar ordenar em seus relatos a sociodiversidade que encontraram no litoral brasileiro, dessa forma dividiram os povos indígenas em tupis, seus aliados, enquanto que os tapuias “representavam o traiçoeiro selvagem, obstáculo no caminho da civilização, muito distinto do nobre guerreiro que acabou se submetendo ao domínio colonial” (Monteiro, 2001: 30). Com o passar do tempo o padrão binário adquiriu novos contornos, de acordo com o contexto e com os interesses em voga, opondo aldeados e não aldeados, civilizados (os moradores das vilas) e não civilizados (os habitantes do sertão), catequizados e *indomáveis*, entre outros termos.

Como veremos nos excertos a seguir, autores como Soares de Sousa, Jean de Lery e Simão de Vasconcelos, não mediram esforços para apresentar os Goitacá como “os mais terríveis índios dos Brasis” (Vasconcelos, 1578 apud Lamego, 1945), afinal eram *bárbaros, ferozes, diabólicos, antropófagos*, guerreavam contra todos e falavam uma língua que nem as tribos vizinhas entendiam. Mesmo suas virtudes eram retratadas com detalhes excêntricos: apanhavam onças na carreira, tubarões a nado apenas para tirá-lhes os dentes.

Costumavam estes bárbaros, por não terem outro remédio, andarem no mar nadando, esperando os tubarões com um pau muito agudo na mão, e, em remetendo o tubarão a eles, lhe davam com o pau, que lhe metiam pela garganta com tanta força que o afogavam, e matavam, e o traziam à terra, não para o comerem para o que se não punham em tamanho, perigo, senão para lhes tirar os dentes, para os engastarem nas pontas das flechas (Souza, 1851: 96).

alcançamos uma região de pequenos baixios, isto é, escolhos e restingas salpicadas de pequenos rochedos que entram pelo mar e que os navegantes evitam passando ao largo. Desse lugar avistamos uma terra plana na extensão de 15 léguas e que é ocupada pelos *Uetacá* índios tão ferozes que não podem viver em paz com os outros e se acham sempre em guerra aberta não só contra os vizinhos, mas ainda contra todos os estrangeiros. Quando apertados e perseguidos por seus inimigos, os quais, entretanto, nunca os puderam vencer ou ornar, correm tão rápidos a pé que não só escapam da morte como apanham na carreira certos animais silvestres, veados e orças. Andam nus como todos os brasileiros e usam cabelos compridos e pendentes até as nádegas, o que não parece comum entre os homens desse país, pois, como já disse, costumam tonsurar o cabelo na frente e apará-lo na nuca. Em suma esses diabólicos *Uetacá*, invencíveis nessa região, comedores de carne humana, como cães e lobos, e donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem, devem ser tidos entre os mais cruéis e terríveis que se encontram em toda a Índia Ocidental. (Lery, 1961: 63)

Tem nos terreiros de suas aldeias, junto às portas de suas mesmas casas, grandes rumas de ossadas dos que mataram e comeram, e disto se

jactam; e quanto maior for a ruma da ossada dos que mataram e comeram, tanto maior fica sendo a nobreza de cada qual das casas. Estes são seus brasões e suas proezas. (Vasconcelos, 1578 apud Lamego, 1945: 37)

Outro fator que contribuiu para a consolidação dessa representação foi uma aparente predileção dos grupos que habitavam o litoral da capitania em estabelecer contatos comerciais com os franceses, como em 1557 quando Bois Le Comte, sobrinho de Nicolas Durand de Villegagnon, fundador da colônia francesa no Rio de Janeiro, em passagem pelo Espírito Santo “fez disparar alguns tiros, visando atrair à praia os indígenas a fim de obter víveres em troca de bugigangas” (Freire, 2006: 73). A maioria dos relatos, no entanto, referem-se a relações ocorridas na região de Itapemirim, sul da capitania, que, inclusive, se estenderam até o século XVIII, como observamos na solicitação do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho que, em visita ao Espírito Santo no ano de 1712, requisitou providências contra os franceses que “andavam correndo a costa” capixaba e encontravam-se ancorados na ilha oceânica localiza em Itapemirim, sugestivamente denominada Ilha dos Franceses (Daemon, 1879). Jean de Lery chega inclusive a referir-se aos “selvagens” que habitavam a região de “Tapemiry” como “aliados dos franceses” (Lery, 1961: 62). No entanto, apesar da prevalência dessa narrativa, houve episódios que os Goitacá lutaram ao lado dos portugueses, como na derrota dos ingleses que liderados pelo corsário Thomas Cavendish tentaram invadir a Vila de Vitória no final do século XVI (Oliveira, 2008: 149) ou na luta contra grupos Goitacá e franceses na região de Cabo Frio no início do século XVII (Id).

O que podemos perceber em todos esses eventos – a luta contra Cavendish, o comércio com franceses, ou a opção de alguns Goitacá em aldearem-se em Reritiba (Almeida, 2003: 62) - é que as constantes reelaborações e alterações das relações

estabelecidas entre nativos e europeus eram causadas de acordo com “as circunstâncias e interesses dos grupos envolvidos”, inclusive das etnias indígenas (Almeida, 2003: 62).

Guardadas as devidas proporções, também foi o refúgio oferecido pelos aldeamentos o que motivou a transferência dos Temiminó que, fugindo dos conflitos na Baía da Guanabara, estabeleceram-se no Espírito Santo tornando-se, posteriormente, os mais importantes aliados no processo de colonização da capitania capixaba.

Temiminó

Nesse sentido preparou Vasco Coutinho uma expedição de 200 índios frecheiros, sob o commando do celebre índio Ararigboia, o qual tornou-se tão notado neste e n’outros feitos que foi depois baptisado com o nome de Martim Affonso de Souza e distinguido com o grão de Cavalleiro de Christo e com a tença de 12\$000. Era esse índio chefe da valente tribu dos Tupininés (Penna, 1878: 46-7).

O trecho de Misael Penna, que assim como outros autores do século XIX teve relevante participação na imprensa e na política capixaba, apresenta os *célebres e valentes* Temiminó como principais *amigos* dos portugueses na colonização do Espírito Santo, por sinal, uma das representações mais recorrentes na historiografia capixaba. Esta tribo iniciou na década de 1550 uma aliança profícua, mais ou menos estável, com os portugueses. Naquele período o projeto colonizador luso enfrentava sérias dificuldades representadas de um lado pelas contínuas escaramuças com os povos autóctones em diversas capitanias como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ilhéus, Porto Seguro, Bahia e São Vicente e do outro pelas seguidas incursões de franceses, ingleses e holandeses na América Portuguesa.

Vivendo na atual Ilha do Governador na Baía da Guanabara, a tribo liderada por Maracajaguaçu, ou Gato Grande, passava por maus momentos uma vez que seus ancestrais adversários, os tamoios, estavam recebendo apoio dos franceses que pretendiam instalar uma colônia na região. Diante de uma eminente derrota a tribo de Maracajaguaçu estabeleceu por intermédio dos padres Luiz de Grã e Brás Lourenço, um acordo com o donatário Vasco Fernandes Coutinho que os transportou em quatro navios para o Espírito Santo onde fundaram a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição localizada na Ilha de Santo Antônio, no atual município de Vitória. Restabelecidos assumiram então um papel preponderante na colonização da capitania do Espírito Santo, seja na luta contra outras nações indígenas, como os Goitacá, ou na defesa do território contra as investidas de outros povos europeus, especialmente franceses, confirmando que não havia só dois elementos na guerra desenrolada no litoral brasileiro do século XVI, mas sim quatro: “portugueses e seus inimigos franceses, os indígenas que se aliam aos portugueses e os indígenas que se aliam aos franceses” (Oliveira, 2014: 205).

Em âmbito nacional, a participação decisiva dos Temiminó na vitória dos portugueses e consequente expulsão dos franceses do Rio de Janeiro tornou célebre o cacique Arariboia. Na história pragmática de um dos fundadores da historiografia brasileira, Francisco Adolfo de Varnhagen, Araribóia foi reverenciado como herói, fórmula copiada por muitos autores em estudos subsequentes, como no caso de José Teixeira de Oliveira. Em *História do Estado do Espírito Santo* (1951)¹⁰, obra com mais de 600 páginas repleta de dados e fatos apresentados em uma sequência linear e cronológica, o papel desempenhado por Araribóia no conflito na Baía de Guanabara é expresso taxativamente, com estas palavras: “não é preciso dizer mais que isto: ele e os

¹⁰ Apesar de lançada originalmente em 1951, nesta pesquisa optamos pela utilização de um exemplar da terceira edição publicada em 2008 pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

frecheiros que tinha junto de si decidiram a sorte dos intrusos”(Oliveira, 2008: 111). Anteriormente, mais especificamente no início do século XX, fora a vez dos membros do recém fundado Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) que na tentativa de construir uma representação de identidade capixaba, elegeram um panteão de heróis onde o ato praticado importava mais do que o sujeito que o praticou e, com esse pragmatismo, inscreveram ao lado de Domingos Martins, José de Anchieta, Vasco Fernandes Coutinho e uma mulher, Maria Ortiz, o *valente* Araribóia.

Após a vitória contra os franceses, atendendo a solicitação de Mem de Sá, Araribóia permaneceu no Rio de Janeiro fundando o aldeamento de São Lourenço, que posteriormente deu origem a cidade de Niterói, sendo inclusive ele seu capitão-mor. Recebeu ainda, em virtude de sua importância, o nome de batismo do donatário Martim Afonso de Souza, o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, condecoração concedida apenas aos mais ilustres súditos do Império e chegou a possuir casas na Rua Direita (atual Primeiro de Março) onde residiam apenas pessoas ilustres, inclusive o governador (Almeida, 2006: 13-28). Seu prestígio foi estendido a seus descendentes cabendo a um de seus filhos, acompanhado por um primo, a fundação das aldeias que deram origem as cidades de Macaé e Peruíbe. Quase cem anos depois da morte de Araribóia um nobre descendente do cacique estando em Lisboa encaminhou requerimentos ao rei pleiteando uma ajuda de custo e favores para liberação de seu navio. Ambos os pleitos foram em poucos meses atendidos (Almeida, 2003).

Estas benesses, no entanto, não foram exclusividade de Araribóia, do inverso, estavam inseridas em uma estratégia portuguesa que pretendia conquistar o apoio das lideranças indígenas, considerados indispensáveis naquele contexto para a intermediação entre o mundo colonial e o indígena. Nesse sentido muito relevante é o depoimento de Antônio de Sá (Leite, 1938-1950: 235): “Dona Branca mulher do principal (Maracajaguaçu), é muito minha devota, e eu trabalho por estar bem com ela, porque,

tendo-a de minha parte, tenho toda a aldeia e não se faz nada senão o que ela quer”. Na tentativa de aprofundar os laços dessa recíproca e vantajosa parceria, a elite colonial do Espírito Santo concedeu a Maracajaguaçu, e sua parentela, favores e nomes de prestígio.

Em virtude da eminente morte de Manemuaçu, um dos filhos do principal Maracajaguaçu, atingido por uma flechada, os jesuítas, a pedido do donatário, apressaram-se para batizar e casar o jovem mancebo (Cunha, 2015; Saletto, 1998). Reconhecendo a importância crucial da aliança com a *tribo do Gato* e numa tentativa de minimizar as desavenças que haviam posto em risco a harmonia entre os Temiminó e os luso-brasileiros, os homens e mulheres mais proeminentes da capitania foram padrinhos de casamento e batismo de Manemuaçu, que recebeu então o nome de Sebastião Lemos, em homenagem ao santo do dia e a Duarte Lemos proprietário do local onde a aldeia Temiminó estava localizada, a Ilha de Santo Antônio. Cunha (Cunha, 2015) chama atenção para o contraste entre a simplicidade da cerimônia do batismo e a ostentação no funeral de Manemuaçu. Apesar da morte ter ocorrido no sábado, desde a quinta-feira jesuítas estiveram junto dele e de seus familiares. No funeral o destaque ficou por conta da amálgama entre rituais católicos e indígenas (Id.), característica reforçada em outros episódios¹¹. Na missa pela alma de Sebastião Lemos, em outro ato simbólico, o *Gato Grande* tomou assento nos primeiros bancos da Igreja de São Tiago entre o donatário e seu herdeiro. Após a missa, Vasco Fernandes Coutinho convidou o cacique para ir à sua residência onde selaram um acordo de paz entre os dois povos e, por sugestão do padre jesuíta Francisco Pires, Maracajaguaçu, sua esposa e filhos concordaram em casar-se e serem batizados adotando o nome do donatário e de sua família. Conforme Elisa Garcia “o batismo era um parentesco ritual, capaz de criar laços entre grupos de níveis sociais

¹¹ Ocupando o cargo de secretário do Padre Visitador Manuel de Lima, o jesuíta Jácome Monteiro afirma que quando chegavam a Reritiba, “uma Aldeia de gentio, que temos a nosso cargo, e terá perto de três mil almas, [os indígenas] nos fizeram mil festas por mar e por terra, já a seu modo, já à portuguesa, esperando-nos uma légua antes da Aldeia (apud Leite, Tomo III, 1938).

distintos”, enquanto que o apadrinhamento “funcionava como uma distinção entre os índios, (...) um importante elemento de hierarquia social” (Garcia, 2007: s\p).

Outra evidência da relevância adquirida pelos Temiminó naquele primeiro século da colonização foi a escolha de Sanches de la Pimenta para dirigir a capitania, em virtude de uma viagem de Vasco Fernandes Coutinho. Segundo o Padre Manuel da Nóbrega (Apud Oliveira, 2008: 70), a escolha aconteceu em virtude de ser Sanches “um dos ‘que mais zelavão contra o gentio’, isto é, dos que eram tidos como seus melhores amigos”. O sucesso da aliança acabou atraindo outras tribos, como os Guará, que tinham como cacique o Guarauçú (Lobo ou Cão Grande), irmão de sangue de Maracajaguaçu, que se fixou em Guarapari (Cf: Leite, 1938-1950) e grupos Tupiniquins que habitavam a região próxima ao rio Mucuri na divisa entre os atuais estados da Bahia e do Espírito Santo (DAemon, 1879).

Mais uma vez, como no caso dos Goitacá, o que evidenciamos nessas relações era a determinação indígena de assegurar vantagens para si. Nessa perspectiva, longe do cacique *obediente* apontado por Saletto (1998), Maracajaguaçu, aproveitando-se da importância adquirida junto aos governantes da capitania, agia como um negociador. Por isso, a mesma disposição em expulsar e prender franceses e Goitacá que negociavam pau-brasil no litoral de Itapemirim, o chefe indígena reiterou ao abandonar o aldeamento e embrenhar-se para o sertão quando os portugueses, descumprindo parte do acordo, escravizaram alguns indivíduos de sua tribo. Essa instabilidade inscrita em diferentes fontes, foi ignorada pela historiografia capixaba, em nome da manutenção de uma representação dos Temiminó enquanto aliados ideais.

Conclusões

Assassinados, aculturados, desrespeitados

As palavras acima acompanhadas de imagens de índios quase nus com arcos e flechas compunham o mural produzido em uma escola pública capixaba. Apesar das boas intenções da professora das séries iniciais do ensino fundamental, o mural em alusão ao Dia do Índio, semelhante aos espalhados em diversas escolas brasileiras, revela a permanência de uma interpretação histórica que relegou as etnias indígenas um papel subalterno. Este artigo tentou contribuir para desconstrução desta representação ao retratar a participação ativa de Temiminó e Goitacá na história da Capitania do Espírito Santo no século XVI. Foi neste sentido que constatamos que todas as alianças construídas entre aquelas etnias e os europeus que tentavam estabelecer-se ou comerciar na região, visavam atender aos interesses de ambos os povos. Desta forma, os “índios do Gato” diante de uma eminente derrota contra seus inimigos, os tamoios, compreenderam que embarcar nos navios portugueses ofertados por Vasco Fernandes Coutinho seria naquele momento a melhor alternativa para garantir a sobrevivência da tribo.

Outro aspecto relevante era a constante instabilidade daquelas alianças em um cenário marcado por diversas alterações e constituído por diferentes sujeitos e interesses. Assim, mesmo os Temiminó, principais aliados do projeto colonizador português no Espírito Santo, em determinadas situações, como diante do aumento das investidas dos colonos sobre suas tribos, resolveram abandonar os, naquela ocasião nem tão seguros, aldeamentos.

Estes e outros fatos, dispersos na historiografia capixaba, revelam a necessidade de se escrever uma história dos povos indígenas que habitavam o litoral capixaba

realocando-os como protagonistas de sua própria história. Revelam ainda que aquele que optar por simplificar tão complexas relações cometerá um desserviço a história do Espírito Santo.

Referências

Almeida, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagem étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: Vainfas, Ronaldo; Santos, Georgina Silva. Neves, Guilherme Pereira. (orgs). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Ed.UFF, pp. 13- 28, 2006.

Anchieta, José de. *Teatro José de Anchieta*. Tradução do tupi Eduardo de Almeida Navarro. São Paulo: Martins Fontes, 2006

Barros, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011, p. 38-63.

Cunha, Maria José dos Santos. *Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contactos, confrontos e encontros*. 2015. 331 f. Tese (Doutorado em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais). Universidade de Évora, Portugal, 2015

Daemon, Bazilio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história chronologica, synopsis e estatística*. Vitória: Typographia do Espírito-Santense, 1879. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2013.

Dean, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Freire, José Ribamar Bessa; Malheiros, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

Freire, Mário Aristides. *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores.* Vitória: Flor & Cultura, 2006.

Garcia, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa.* 2007. 319 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

Hetzel, Bia; Negreiros, Silvia; Magalhães, Bernardo. *Pré-história do Brasil.* Rio de Janeiro: Manati, 2007.

Jansen, Roberta. Rio Canibal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 de abr. 2004, Ciência, p. 34.

Lamego, Alberto Ribeiro. *O Homem e o brejo.* Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1945.

Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938-1950. 10 v.

Lery, Jean de. *Viagem a Terra do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1961.

Loureiro, Klítia. *O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupinikim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose S/A. (1967-1983).* 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

Marinato, Francieli Aparecida. *Índios Imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845).* 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

Maritus, Karl Friederich P. Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: Guimarães, Manoel Luiz Salgado. *Livro de Fontes da Historiografia Brasileira.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

Monteiro, John Manuel. O Desafio da História Indígena No Brasil. In: Aracy Lopes da Silva; Luís Donisete B. Grupioni. (Org.). *A temática indígena na escola.* 1ed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-228.

_____. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo.* Tese apresentada ao concurso de livre docência no Departamento de Antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

Moreira, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, [on line]. pp 1-14, jan, 2011. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/60746>. Acesso em: 31 jan. 2015.

Oliveira, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. *Anuário Antropológico*, Brasília, 2009.

_____. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: Fragoso, João Luiz Ribeiro; Gouvêa, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

Oliveira, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ª ed., Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretária de Estado de Cultura, 2008.

Penna, Misael Ferreira. *História da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Moreira, Maximínio e Cia., 1878.

Pompa, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003.

Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil. 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000.

Ribeiro, Loredana; Jácome, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. *Boletim Museu. Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 9, n. 2, p. 465-486, maio-ago. 2014.

Saletto, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo*. 2. ed. - Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

Salvador, Frei Vicente do. *História do Brasil. 1500-1627*. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia, 1982.

Scaramella, Giovanni. Puri or not puri. *Revista de Ciência & Tecnologia*. Nova Iguaçu, v.11, n.2, p. 77-97, 2011.

Scatamachia, M.C.M. *Projeto de Salvamento Arqueológico Gasoduto Cabiúnas – Vitória*. Relatório Final dos Trabalhos. São Paulo: MAE-USP; 2007.

Silva, Tarcísio Glauco da. *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)*. 139 f. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

Sousa, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. *Revista Trimensal Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1851. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

Souza, Letícia Moura Simões de. *Moranduba - Tupinambá & Amboaré: Arqueologia do Espírito Santo, de Reritiba a Anchieta*. 2010, 311 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

Teao, Kalna Mareto. *Território e identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967-2006)*. 2015. 350 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brasil*. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em 28 jun. 2012.